Meia igualdade: o paradoxo da diversidade no serviço público



» RENATO AMORIM
Analista judiciário do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Ingressar no serviço público, para uma pessoa negra como eu, sempre significou muito mais do que estabilidade, remuneração digna ou possibilidade de planejar o futuro. Representou a esperança de construir uma trajetória profissional guiada pelo mérito, em um espaço onde concursos e regras formais de progressão poderiam reduzir a força dos preconceitos que, historicamente, limitaram oportunidades para afro-brasileiros. Cresci acreditando que o serviço público seria um dos raros ambientes em que talento, dedicação e qualificação teriam mais peso do que origem, aparência ou cor da pele.

Por isso, por muito tempo, considerei distante da minha experiência a reflexão da psicóloga social Lia Vainer Schucman em "Entre o encardido, o branco e o branquíssimo". Ela descreve o "fator de interdição": uma força invisível, mas devastadoramente eficaz, que restringe o acesso de pessoas negras a posições de prestígio e liderança, mesmo em instituições que se apresentam como igualitárias. É um mecanismo silencioso que decide quem pode ser visto como legítimo representante da organização, quem merece exercer autoridade e quem pode ocupar espaços de poder.

Resisti a interpretar minha trajetória sob esse prisma. Mas, ao assumir a gestão de uma unidade operacional no Superior Tribunal de Justiça (STJ), fui surpreendido por comentários de colegas brancos sobre minhas chances de progressão. O contraste era brutal: reconheciam minhas competências, elogiavam meu desempenho e valorizavam minha liderança — e, ainda assim, admitiam que a cor da minha pele poderia se tornar um obstáculo silencioso à minha ascensão. Percebi, então, que o "fator de interdição" não era apenas uma categoria analítica: era uma chave para interpretar experiências minhas, que eu hesitava em nomear. Se até quem não sofria diretamente os efeitos do racismo institucional reconhecia essas barreiras, não havia como tratá-las como mera impressão subjetiva.

Foi nesse momento que compreendi: igualdade racial não se mede apenas pelo acesso. Quando a entrada é permitida, mas o poder segue trancado, o que existe é uma igualdade pela metade. Reconhece o mérito, mas bloqueia a ascensão. Exibe diversidade nos números, mas preserva hierarquias nos bastidores. É uma igualdade que se satisfaz com a presença, mas evita a partilha real do poder.

Mesmo após décadas de avanços no serviço público, vejo que a diversidade ainda não alcançou os espaços de maior poder e prestígio no Judiciário, revelando a persistência de padrões históricos de exclusão. Em 2020, o STJ criou um Grupo de Trabalho sobre igualdade racial, do qual tive a honra de participar. O diagnóstico foi revelador: pessoas negras (pretas e pardas) compunham cerca de 31% do quadro de servidores, mas apenas 3% eram de fato pessoas pretas. Essa discrepância mostra como a presença numérica não se traduz em poder real. Nos cargos de liderança, nas funções estratégicas e nos postos de maior remuneração, a sub-representação negra era evidente, enquanto pessoas brancas seguiam sobrerrepresentadas e concentravam privilégios. O quadro se tornava ainda mais cruel quando olhávamos para mulheres negras: elas ocupavam a posição mais vulnerável, enfrentando a sobreposição de barreiras raciais e de gênero.

O "fator de interdição" e a "igualdade pela metade" são duas faces do mesmo processo. O primeiro revela os bloqueios invisíveis que, mesmo sem regras explícitas, restringem quem é visto como líder legítimo. O segundo mostra o efeito: uma inclusão incompleta, em que a presença negra é admitida, mas permanece rara nos espaços de comando. É a porta aberta, mas o acesso ao poder continua vigiado.

As cotas raciais foram um avanço histórico, ampliando o ingresso de pessoas negras e reduzindo desigualdades de acesso. Mas o acesso, por si só, não basta: não altera a distribuição de poder dentro da organização. A igualdade plena exige medidas que formem lideranças negras, ampliem a presença em cargos estratégicos e acompanhem indicadores de diversidade de forma permanente. Diversidade sem igualdade é apenas presença sem poder. Enquanto os corredores se enchem de rostos diferentes, os espaços de decisão continuam interditados, perpetuando uma inclusão pela metade.

O verdadeiro desafio é romper essa barreira. Garantir que a pluralidade brasileira esteja refletida nos centros de comando. Só assim, deixaremos de celebrar estatísticas de ingresso para viver, de fato, a igualdade plena.

Maurenilson Freire/CB/DA Press



Yalta de novo



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

No dia 2 de março de 1990, pouco antes da posse de Fernando Collor, o jornal O Globo publicou manchete em oito colunas: Mercado reage bem à indicação de Zélia. Era a notícia da nomeação de Zélia Cardoso de Melo para titular do recém-criado Ministério da Economia. Dias depois, ela iria congelar a poupança de todos os brasileiros. Crises artificiais, candidaturas impossíveis, especulações que jogam o preço do dólar para as alturas, tudo isso compõe o cenário desse período que vai desde o resultado das eleições e a posse do novo governo. Sobram nomes para ministérios hipotéticos, protestos vigorosos contra supostas medidas do governo e muita conversa aleatória. O presidente Lula, sobrevivente de tantas crises, optou pelo melhor caminho: viajou e, do exterior, observou na arquibancada o tiroteio entre postulantes e especuladores.

O dólar deu um pulo. A Bolsa de Valores caiu muito. Os especuladores deram seu recado. Querem maior corte de despesas. O governo respondeu com projeto discreto de contenção de gastos. A discussão do momento é a dívida pública brasileira, que, se forem contabilizados todos os custos do administrador, chega a 82,9 % do produto interno do país. Os números podem chocar algum observador inexperiente, mas não assustam quem conhece o assunto. Segundo a análise do Fundo Monetário Internacional (FMI), o total do endividamento em 2026 é de US$ 11,1 trilhões.

Os Estados Unidos têm dívida de US$ 41,9 trilhões ou 126% do PIB; Itália, US$ 3,73 trilhões e 137,9% do PIB; França, US$ 4,21 trilhões e 118,5%, Argentina, US$ 532 bilhões e 69,3% do PIB; e Chile, US$ 172 bilhões e 42% do PIB. A situação do Brasil é melhor do que a dos Estados Unidos, da França e da Itália. O problema nacional é curioso porque os títulos da dívida pública são indexados à taxa de juros, chamada de Selic. Quando o Banco Central coloca a Selic nas alturas, aumenta a dívida do país. Essa é a bolsa investidor, bem observada em recente artigo pelo economista André Lara Resende.

Esse é assunto que não se resolve de um dia para outro. Somente a ação persistente, bem orientada, pode reduzir o endividamento. Não há como quitar a dívida, porque ela aumenta com velocidade superior às receitas de governo. Somente o crescimento econômico ou a desindexação dos títulos da dívida pública pode reduzir o problema. Fora desses remédios, apenas o calote da dívida soluciona o problema, possibilidade que apavora os investidores, nacionais e estrangeiros. Enquanto os debates acontecem, os especuladores ganham dinheiro com a alta do preço do dólar e a queda dos valores médios de ações na Bolsa. O bom investidor ganha na alta e na baixa. Os curiosos perdem nos dois movimentos.

No território dos fatos políticos importantes, a reunião entre Donald Trump, Xi Jinping e Vladimir Putin, na cidade de Shenzhen, sul da China, é relevante pelas presenças e ausências. Trump e Xi representam a primeira e a segunda maiores economias do mundo. Os dois juntos significam a maior força econômica do planeta. A presença de Putin decorre da intenção do presidente dos Estados Unidos de manter boas relações com Moscou. A Rússia é uma economia intermediária, com Produto Interno Bruto igual ou menor que o do Brasil e o da Itália, mas tem bomba atômica e mísseis capazes de destruir alvos em qualquer parte da Terra.

Antes, o principal interlocutor dos países da Ásia era o Japão. Hoje, é a China. Também não estiveram presentes na reunião dos grandes nenhum chefe de governo da Europa. Alemanha, Inglaterra e França foram relegados ao esquecimento. Os três grandes, juntos, vão decidir os destinos do mundo. E celebrar algum tipo de convivência pacífica entre eles. Pode ser a redefinição das áreas de interesse. Se ocorrer algo neste sentido, os conflitos regionais devem perder fôlego. Taiwan deve se integrar à China, sem guerra, e a Ucrânia vai ser levada a celebrar a paz com Moscou. Os países das Américas serão convidados a bater continência para Washington.

A última vez que os grandes se reuniram foi em Yalta, em fevereiro de 1945, pouco antes do fim da Segunda Guerra Mundial. Roosevelt, Churchill e Stalin conversaram durante dias naquela pequena cidade da Crimeia e dividiram o mundo em áreas de influência. A China não foi convidada. A questão mais controversa foi o destino da Polônia, razão pela qual os ingleses entraram em guerra contra os nazistas, em 1939. Stalin prometeu liberdade e democracia em Varsóvia, mas o Partido Comunista local assumiu o controle, liquidou as antigas lideranças e só deixou o poder depois que a União Soviética foi extinta. A Polônia de ontem é a Ucrânia de hoje.

O Itamaraty precisa se manter atento ao que foi decidido em Shenzhen. Dali poderá sair a perspectiva de futuro dos países do continente — entre eles, o destino do Brasil. No território das políticas práticas, poderá voltar a vigorar a lei do mais forte.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha //
circecunha.df@dabr.com.br

O mundo está ficando pequeno

Universo 25 foi um experimento sobre superpopulação criado na década de 1960 pelo cientista americano John B. Calhoun (1917-1995). Behaviorista e etólogo, ele quis reproduzir em laboratório a sua visão de um mundo superpopuloso. Seria, portanto, a sua versão pessoal de um miniapocalipse. Para isso, observou o que acontece quando uma população tem tudo o que necessita para viver.

Para realizar o experimento, Calhoun criou um espaço de 2,7 por 2,7 metros. Nele, ratos e camundongos viveriam em um mundo ideal, aqui chamado de Universo de camundongos. Havia comida e água à vontade, temperatura ideal, centenas de ninhos e ausência de predadores. Em suma, seria uma utopia de ratos. Inicialmente, a população era formada por quatro casais de camundongos. Em seguida, ela passou a dobrar de tamanho a cada dois meses.

Colapso

Quando o experimento alcançou a marca de 620 ratos, os problemas surgiram de todos os lados. Por consequência, a escassez de espaço acelerou o desmoronamento dessa sociedade. Incapazes de encontrar seu lugar na hierarquia, os ratos mais jovens logo se tornaram desajustados. Já as fêmeas solteiras se isolavam, como ermitãs, nos ninhos mais altos. Elas evitavam o acasalamento a todo custo. Além disso, os machos alfa tornaram-se excessivamente agressivos e chegaram ao canibalismo. Outros machos, por sua vez, exibiam apatia profunda. Eles comiam, bebiam e se cuidavam, alheios ao mundo em redor.

Oprimidas pelo estresse da superpopulação, até as mães pararam de cuidar das crias. Elas as abandonavam ou mesmo as atacavam. Com isso, a mortalidade infantil chegou a 96% em algumas áreas do experimento. Embora houvesse espaço para 3.840 camundongos, a cidade utópica dos ratos estagnou em 2.200 indivíduos. A partir desse ponto, aos 600 dias de experimento, a comunidade entrou no que o cientista chamou de ralo comportamental. Os animais deixaram de cuidar de si e das crias. Além disso, cessaram por completo de interagir normalmente.

De certa forma, o experimento já era previsível. Afinal, o economista inglês Thomas Malthus (1766-1834) havia tratado do tema em "Um ensaio sobre o princípio da população". Para Calhoun, o Universo 25 serviu como advertência sobre a superpopulação terrena. Mesmo satisfeitas todas as necessidades, haveria nesse caso uma "morte do espírito". Aliás, o próprio cientista deixou clara a intenção do estudo em artigo publicado em 1973.

Clube de Roma

Na mesma década de 1960, 30 cientistas visionários de 10 países se reuniram na Itália. Eram liderados por cientistas do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT). O objetivo era debater o futuro da humanidade e, mais precisamente, o vertiginoso crescimento populacional e suas consequências para o planeta. O grupo daria origem ao famoso Clube de Roma. A partir daí, a entidade passaria a buscar soluções socioambientais para a superpopulação.

Primeiramente, o grupo analisou a explosão demográfica e a pressão sobre os recursos naturais e os serviços básicos. Examinou também a poluição, o desmatamento e a perda de biodiversidade. Além disso, tratou da escassez de água, de energia e de outros recursos. Por fim, considerou a disparidade entre ricos e pobres, que tenderia a crescer e a gerar conflitos de toda a ordem. De acordo com os participantes, era preciso acionar um alarme mundial. Portanto, defendiam a mudança urgente do modelo de desenvolvimento global e estimulavam debates em busca de soluções sustentáveis.

Futuro da humanidade

Diante desse cenário, devemos torcer para que a diminuição populacional não seja provocada diretamente pelo próprio planeta. Afinal, ele pode se sentir incomodado com a atuação desses carrapatos humanos sobre sua crosta.

A frase que foi pronunciada

"Falarei sobretudo de camundongos, mas meus pensamentos estão no homem."

John B. Calhoun

História de Brasília

Esta reclamação o encarregado da seção já fez inúmeras vezes, e, agora que muda a direção do hospital, cumpre-nos advertir.
(Publicada em 27/5/1962)